**GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS: a inclusão das atividades portuárias na Lei
7.783/1989**

STRIKE OF ESSENTIAL SERVICES: the inclusion of port activities in law 7.783/1989.

Sarah Alves Batista Torres¹
Yasmin Elisson Dias Menezes²
Geraldo Antônio Avelino³

RESUMO

O presente artigo busca analisar a Lei de Greve nos serviços essenciais e os requisitos necessários para que a paralisação não seja considerada abusiva e não seja suspensa pelo Poder Judiciário. Aborda-se a evolução histórica do instituto da greve, que considerado um delito em diferentes épocas e sociedades, é na atualidade direito de todo o trabalhador e reconhecido no Brasil como fundamental pela Constituição da República de 1988. Além disso, se questiona a “*relevância e urgência*”, para a recente inclusão da atividade portuária como serviços essenciais na Lei nº 7.783/1989 – Lei de Greve através de Medida Provisória, posteriormente transformada na Lei nº 14.047 de 24 de agosto de 2020.

Palavras-chave: greve; serviços essenciais; atividades portuárias.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the Strike Law in essential services and the necessary requirements so that the strike is not considered abusive and is not suspended by the Judiciary. The historical evolution of the strike institute, which is considered a crime in different times and societies, is nowadays the right of every worker and considered in Brazil as fundamental by the Constitution of the Republic of 1988. In addition, the “*relevance and urgency*” is questioned for the recent inclusion of port activity as essential services in Law No. 7,783 / 1989 - Strike Law through a Provisional Measure, later transformed into Law No. 14,047 of August 24, 2020. **Keywords:** strike; essential services; port activities.

---

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo – FAC. E-mail: sarah.pesquisa@hotmail.com.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Arquidiocesana de Curvelo – FAC. E-mail: menediasyas@gmail.com.

³ Mestre em Direito | UAL Portugal. Advogado, Especialista em Direito Empresarial, Mestre em Ciências Jurídicas, Doutorando em Direito na UAL - Universidade Autónoma de Lisboa. Ministra a disciplina Direito do Trabalho II no Curso de Direito da FAC - Faculdade Arquidiocesana de Curvelo. Possui experiência nas áreas de energética elétrica, consultoria legislativa e previdenciária. E-mail: avelino@adv.oabmg.org.br.

1. INTRODUÇÃO

O direito de suspender a prestação dos serviços é garantido constitucionalmente⁴ aos trabalhadores, cabendo-lhes a decisão sobre o melhor momento de exercê-lo, e sobre os interesses que devam defender por meio dele (BRASIL,1988). A lei nº 7.783/1989, veio regulamentar esse direito, estabelecendo limitações quanto à sua realização nas atividades consideradas essenciais.

As atividades essenciais “*stricto sensu*” são aquelas indispensáveis para a vida, saúde e segurança da população. Podem ser classificadas “*lato sensu*”, como serviços direcionados ao bom funcionamento da economia como um todo⁵. A lei nº 7.783/1989, ao elencar as atividades essenciais em seu artigo 10, mesclou essas classificações, a fim de garantir o atendimento de todos os tipos de necessidades inadiáveis da comunidade.

Devido à essa redação legislativa, a lei de greve vem sofrendo importantes modificações no rol de atividades consideradas essenciais, sendo a mais recente delas, a inserção das atividades portuárias promovida pela Medida Provisória nº 945, de 04 de abril 2020, posteriormente convertida na lei nº 14.047/2020, motivada segundo o Poder Executivo da União pela crise mundial provocada pela pandemia da COVID-19.

Desse modo, se busca analisar neste artigo os principais aspectos do direito de greve, bem como a limitação imposta ao exercício desse direito nas atividades classificadas como essenciais à população. Questiona-se, ainda, para a inclusão das atividades portuárias no rol de serviços essenciais, a presença da “*relevância e urgência*” como requisito constitucional para a sua inserção através de Medida Provisória.

---

⁴ Está previsto na Constituição Federal em seu artigo 9º que assegura o direito de greve a todo empregado, “[...] competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Estabelece ainda a Constituição que a “lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”. (BRASIL, 1988) Necessário salientar que para certas categorias o direito à greve é vedado, como é o caso dos militares em face ao estabelecido no artigo 142, §3º, IV da Constituição “Art. 142. [...], § 3º [...] IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; [...]”. (BRASIL, 1988) Também nesse sentido, o STF – Supremo Tribunal Federal, através do RE 654.432, considerou ser vedado o exercício do direito à greve a todos os servidores públicos que integram as carreiras de segurança Pública. Segundo o Relator Ministro Alexandre de Moraes “O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública” (BRASIL, 2017).

⁵ Nesse sentido, segundo Luiz José Guimarães Falcão, é o que estabelece o Comitê de Liberdade Sindical da OIT. FALCÃO, Luiz José Guimarães. A greve nas atividades essenciais. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, p. 116-118, 1987.

2. O INSTITUTO DA GREVE: BREVE HISTÓRICO

A greve pode ser conceituada como uma forma de autotutela exercida pelos trabalhadores, com o objetivo de pressionar a categoria econômica, no sentido de que sejam retomados os entendimentos com a categoria obreira. Dar-se-á através de uma paralisação coletiva, parcial ou total, e de maneira temporária, da prestação pessoal de serviços por parte dos trabalhadores ao empregador, com vistas à defesa de interesses em comum. Nesse sentido, preleciona Maurício Godinho Delgado (2019):

Pode-se definir também a figura, à luz da amplitude a ela conferida pela Constituição do Brasil (art. 9º) e em vista da prática histórica do Direito do Trabalho, de modo mais abrangente. Seria a paralisação coletiva provisória, parcial ou total, das atividades dos trabalhadores em face de seus empregadores ou tomadores de serviços, com o objetivo de exercer-lhes pressão, visando à defesa ou conquista de interesses coletivos, ou com objetivos sociais mais amplos. (DELGADO, 2019, p. 1703)

Esse instituto, que na atualidade é legitimado como um direito em todas as sociedades democráticas, nem sempre gozou de tal tratamento jurídico, conforme é o magistério de Sérgio Pinto Martins (2012):

Na história mundial da greve verifica-se que ela foi cronologicamente considerada um delito, principalmente no sistema corporativo, depois passou a liberdade, no Estado liberal, e, posteriormente, a direito, nos regimes democráticos. (MARTINS, 2012, p.880)

Para ilustrar essa mudança progressiva da classificação da greve, cita-se a legislação francesa, que a considerava como um delito no Código Penal Napoleônico de 1810. No mesmo sentido, na Inglaterra, se considerava a organização dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho uma conspiração contra a Coroa Inglesa, fato que somente veio a mudar em ambos os países no ano de 1825. (MARTINS, 2012)

Na Itália, o Código Penal Sardo-Italiano de 1859 vedava a coalizão de trabalhadores com o intuito de exercer pressão sobre a outra parte (empregadores) para que esta atendesse suas demandas. No regime fascista italiano, o Código Penal Rocco de 1930 reforçava a proibição da greve, declarando claramente sua ilegalidade e estabelecendo diversas agravantes. A greve somente veio a ser reconhecida como um direito na legislação italiana no ano de 1947. (VALENTIM, 2019)

No Brasil, o ambiente reivindicativo somente passou a tomar corpo, a partir de 1890 através da ação dos imigrantes europeus, que já haviam participado de movimentos paredistas de trabalhadores na Europa. Tal forma de pressão à classe empregadora era inspirada em suas

comunidades onde “*espalhavam os ideais e táticas dos movimentos operários europeus*”. (NASCIMENTO, 2011, p.72)

Assim, as greves não eram frequentes apesar do Código Penal Brasileiro de 1890, após a alteração promovida pelo Decreto 1.162/1890, permitir a realização do movimento de forma pacífica, penalizando apenas a sua realização de maneira intimidativa⁶. Nesse sentido, segundo Amauri Mascaro Nascimento, no início da República:

[...] as greves eram esporádicas: uma em São Paulo, em 1890, duas em 1891, quatro em 1893 e, até 1869, uma a cada ano. Também foram raras as greves em outros Estados, visando, na maioria das vezes, melhores salários e redução da jornada diária de trabalho. Porém, no começo do século acentuaram-se. (NASCIMENTO, 2011, p.72)

Entretanto, essa legitimidade conferida pela legislação à greve nos primeiros anos de República no Brasil sob a Presidência de Deodoro da Fonseca, sofreu um recrudescimento no governo Getúlio Vargas. A Constituição Federal de 1937 passou então a classificar a greve como um recurso nocivo aos obreiros e ao capital e incompatível com os interesses da produção nacional. (VALENTIM, 2019)

Nesse ambiente foi promulgado o texto original da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho no ano de 1943. A CLT editada sob a égide da Carta Maior de 1937, estabelecia penalidades tais como a suspensão ou dispensa do emprego, perda do cargo de representante sindical ou a suspensão do direito de se eleger para o cargo de representação, aos empregados que abandoassem a prestação de serviços coletivamente e sem prévia autorização do Tribunal Trabalhista⁷.

Com a promulgação da Constituição de 1946, foi reconhecido o direito de greve aos trabalhadores, cujo exercício seria regulado através de lei. Já no regime militar, a Constituição

---

⁶ Art. 1º. “Os arts. 205 e 206 do Código Penal e seus parágrafos ficam assim redigidos: [...] Art. 206: Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impôr aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário: Penas – prisão celular por um a três meses.” (BRASIL, 1890).

⁷ Art. 723: “Os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades: a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo; b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem; c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional”. (BRASIL, 1943).

de 1967 manteve o reconhecimento do direito de greve⁸, proibindo a sua realização nos serviços públicos e nas atividades definidas como essenciais. (MARTINS, 2012)

Após um longo período de avanços e retrocessos no tratamento jurídico do instituto da greve, a atual Constituição Federal de 1988 finalmente passou a consagrar a greve como um direito fundamental⁹, delegando aos trabalhadores a decisão sobre o melhor momento de exercê-lo e sobre os interesses a serem defendidos por meio dele. (BRASIL, 1988)

Observa-se assim, que o instituto da greve considerado outrora como delito, e na atualidade como direito fundamental, possui limitações ao seu exercício. No Brasil, o direito à greve em atividades até então vedadas pela Constituição de 1967 passou a ser possível a partir da Carta Magna de 1988. Desta forma, se permite a realização de greve no serviço público¹⁰ e em atividades essenciais, ou seja, naquelas definidas como imprescindíveis para assegurar o direito à vida, a saúde e segurança da comunidade, cujo rol passou a ser regulado através da lei nº 7.783/1989.

3. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE GREVE: A LEI 7.783/1989 E AS ATIVIDADES ESSENCIAIS

Como todo direito não é absoluto, a greve também sofre limitações ao seu exercício no ordenamento jurídico brasileiro.

A primeira dessas limitações é determinada pela Constituição Federal de 1988, se constituindo num aparente paradoxo em face da amplitude conferida por ela ao instituto da greve. Dispõe o diploma legal que o direito de greve é garantido, contudo, resguarda e estabelece limites quando a paralisação se der em serviços ou atividades essenciais. Garante

---

⁸ Ao tratar da ordem econômica e social, a Constituição de 1967 estabelecia em seu artigo 157 que “a ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: I - liberdade de iniciativa; II - valorização do trabalho como condição da dignidade humana; III - função social da propriedade; IV - harmonia e solidariedade entre os fatores de produção; V - desenvolvimento econômico; VI - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros”. Todavia, em seu §7º não permitia a “greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.” Em seu artigo 158, assegurava o direito à greve, “Art 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social: [...] XXI - greve, salvo o disposto no art. 157, § 7º”. (BRASIL, 1967)

⁹ A Constituição Federal em seu título II ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, em seu capítulo II dos direitos sociais, assegurou o direito de greve aos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

¹⁰ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; [...] (BRASIL, 1988)

ainda o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, definidas em lei ordinária, a Lei nº 7.783/89.

Segundo Maurício Godinho Delgado (2019) a Constituição de 1988:

[...] apresenta qualificativo circunstancial importante na realização dos movimentos paretistas: os serviços ou atividades essenciais. Planejada a greve para esse âmbito diferenciado, seus condutores deverão atentar para o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Ou seja: a Constituição de 1988 não proíbe a greve em tais segmentos (ao contrário do que já ocorreu em tempos anteriores da história do País); mas cria para o movimento paretista imperiosos condicionamentos, em vista das necessidades inadiáveis da comunidade. (DELGADO, 2019, p.1713)

A segunda limitação diz respeito a eventuais abusos de direito cometidos no exercício da greve.

Para Delgado (2019), tal determinação seria redundante, pois a lógica jurídica necessariamente não permitirá a prática de atos abusivos ou violentos durante o exercício de um direito legítimo. Com relação às atividades essenciais, estas podem ser definidas como serviços indispensáveis à comunidade, de tal forma que se não realizados, podem expor em risco a economia de um país e os direitos fundamentais dos cidadãos. Como enfatiza Falcão¹¹ (1987, *apud* SILVA, 2015, p. 9), o Comitê Sindical da OIT admite duas classificações para as atividades essenciais, quais sejam, atividades essenciais em sentido lato e em sentido estrito. As primeiras são aquelas necessárias ao bom funcionamento da economia como um todo; já as segundas são aquelas imprescindíveis para a vida, saúde e segurança da população.

Dessa forma, as limitações impostas ao direito de greve aos serviços essenciais para a população se justificam pelo confronto entre o direito de paralisação dos trabalhadores e o direito fundamental à vida, à saúde, e a segurança dos indivíduos não pertencentes à categoria em litígio. Nesse sentido, argumenta Michele Savick (2014):

A suspensão de serviços essenciais, portanto, gera uma colisão entre direitos, a princípio, de mesmo valor, já que não só o direito à greve, mas também à saúde, à vida e à segurança, são igualmente direitos constitucionais fundamentais. Para alguns autores, estes últimos direitos, na medida em que dizem respeito ao interesse geral da comunidade, se sobrepõe aos interesses privados de um grupo de trabalhadores, de forma que o direito de greve pode ser restringido mediante outros de maior status constitucional. Ainda que se entenda pela inexistência de hierarquia em abstrato, a colisão de direitos fundamentais leva à necessidade de sopesamento entre os interesses conflitantes no caso concreto. Assim, *tem se a necessidade de uma indispensável ponderação, que deve ser medida, de preferência, pela lei*, havendo nesses casos, portanto, a possibilidade de limitação do direito de greve. (SAVICK, 2014, p.44)

---

¹¹ FALCÃO, Luiz José Guimarães. A greve em serviços essenciais. São Paulo: **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, 1987 p. 116-118.

Assim, no ordenamento jurídico brasileiro, coube à Lei nº 7.783/1989 determinar o rol dos serviços considerados essenciais à comunidade e estabelecer os requisitos para o exercício do direito de greve em tais atividades. A relação desses serviços está assim disciplinado:

Art. 10 - São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII - telecomunicações;

VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X - controle de tráfego aéreo e navegação aérea;

XI compensação bancária.

XII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social;

XIII - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XIV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

XV - atividades portuárias. (BRASIL, 1989)

A lei de greve dispõe ainda sobre uma série de requisitos que devem ser observados pelos trabalhadores em serviços ou atividades essenciais ao exercerem o seu legítimo direito de greve, sob pena da paralisação ser considerada abusiva pelo Poder Judiciário.

O primeiro diz respeito a necessária tentativa de entabular a negociação coletiva, prevista no caput do artigo 3º da Lei 7.783/89:

Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho. (BRASIL, 1989).

O segundo, a aprovação da greve pelos trabalhadores da categoria envolvida em assembleia específica, convocada para tal:

Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços. (BRASIL, 1989)

O terceiro diz respeito à comunicação prévia da realização do movimento paredista, que deverá ser feita aos empregadores e à população no prazo mínimo de 72(setenta e duas) horas antes de sua deflagração. (BRASIL, 1989)

Outra condição imposta ao movimento paredista em atividades essenciais, talvez a mais importante delas, se refere a obrigação dos sindicatos, empregadores e empregados de garantir durante a greve os serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da população. (BRASIL, 1989) Em relação ao conceito de “*necessidades inadiáveis da população*”, a própria legislação infraconstitucional em questão determina que são as que, se não atendidas, colocam em risco a sobrevivência, a saúde e a segurança das pessoas. (BRASIL, 1989)

A partir da leitura dos dispositivos citados, percebe-se que a lei nº 7.783/89, ao elencar as atividades essenciais em seu artigo 10, adotou o conceito de atividades essenciais em sentido lato. Porém, também acolheu a definição de atividades essenciais no sentido estrito ao determinar que, nos serviços reputados como essenciais ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, os sindicatos obreiros ou as comissões de negociação devem garanti-los em comum acordo com os empregadores ou sindicatos econômicos. (BRASIL 1989)

Nesse sentido, é o magistério de Alessandro da Silva (2015):

Percebe-se que a Lei 7.783/1989 adotou de forma literal a distinção entre atividades ou serviços essenciais *stricto sensu* e *lato sensu*. Isso porque o art. 10 arrola de modo exaustivo uma série de serviços e atividades considerados essenciais, nas quais “as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, são obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação” (art. 13), e “os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade” (art. 11). (SILVA, 2015, p.9)

O exposto nos permite concluir que a lei ordinária e a Constituição não proíbem o exercício da greve nos serviços essenciais, mas apenas estabelece que as atividades que são necessárias para a garantia da vida, da saúde e da segurança dos cidadãos não podem ser paralisadas em sua totalidade.

Por fim, é imperativo ressaltar que a Lei de Greve preleciona que o Poder Público deverá assegurar o atendimento dos serviços inadiáveis da comunidade, caso não haja o cumprimento desta obrigação pelos trabalhadores e empregadores (BRASIL, 1989).

Ponto a destacar é que a Lei nº 7.783/89 sofreu importantes modificações no rol de atividades consideradas como essenciais, sendo a mais recente delas, a inserção das atividades

portuárias promovida pela Medida Provisória nº 945, de 04 de abril de 2020, posteriormente convertida na lei nº 14.047/2020, motivada principalmente pela crise mundial provocada pela pandemia da COVID-19.

Desta forma, atendidos os requisitos legais e assegurando a prestação das necessidades essenciais à população, é possível à categoria profissional envolvida através de Assembleia definir por exercer o seu direito constitucional de paralisação das atividades. Compreende-se que uma vez deliberado pela greve, dar-se-á à comunicação prévia ao empregador e à população envolvida, devendo ser mantidos os serviços ou atividades em patamar que garanta o atendimento às necessidades inadiáveis da população.

4. OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PARA A EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA QUE ALTEROU A LEI Nº 7.789/1989

A Constituição Federal ao organizar os poderes da República, repartiu as funções básicas do Estado¹² em legislativa, administrativa e jurisdicional entre três órgãos autônomos entre si, que as exercerão de forma precípua, mas não exclusiva.

Em situações de relevância e urgência, nas hipóteses não vedadas pelo Constituinte, o chefe do Poder Executivo da União, poderá legislar através da edição de Medidas Provisórias com força de Lei, que apreciadas pelo Congresso Nacional poderão ser convertidas em Lei ou perder a sua eficácia¹³.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; b) direito penal, processual penal e processual civil; c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; II - que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; III - reservada a lei complementar; IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. [...] § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez

---

¹² “Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. (BRASIL, 1988)

¹³ No que se refere a legislação trabalhista merece destacar a edição da Medida Provisória nº 808/2017, que veio a regulamentar “aperfeiçoar” aspectos importantes da Reforma Trabalhista entabulada pela Lei nº 13.467/2017 como: a jornada 12 x 36 horas; o dano extrapatrimonial; o trabalho de empregadas gestantes/lactantes em ambientes insalubres; contrato e trabalho intermitente, dentre outros. A citada Medida provisória vigeu de 14 de novembro de 2017 até o dia 23 de abril de 2018.

por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. [...] § 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. [...] § 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. § 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (BRASIL, 1988)

Quanto aos pressupostos constitucionais para a edição de Medida Provisória, de acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis¹⁴, o termo relevância diz respeito “*aquilo que tem importância ou relevo num contexto determinado*”, enquanto urgência significa “*o que não pode ser adiado*”, que se tem de agir em face de “*situação crítica ou bastante grave; emergência*”. (MICHAELIS, 2020)

Observa-se que antes da Pandemia do COVID-19 a apreciação pelo Congresso Nacional das Medidas Provisórias era regida integralmente pela Resolução nº 1 de 8 de maio de 2002, que estabelecia em seu artigo 2º a necessidade de emissão de parecer a respeito dos pressupostos de admissibilidade da Medida Provisória por uma Comissão Mista do Congresso Nacional¹⁵.

Entretanto, de acordo com o expresso no parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia do COVID-19, o parecer da Comissão Mista passou a ser proferido, em Plenário, por parlamentar de cada uma das Casas Legislativas.

Art. 2º No primeiro dia útil seguinte à publicação, no Diário Oficial da União, de medida provisória, de que trata o art. 1º, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional fará publicar e distribuir os respectivos avulsos eletrônicos. Parágrafo único. Enquanto durar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19 as medidas provisórias serão instruídas perante o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ficando excepcionalmente autorizada a emissão de parecer em substituição à Comissão Mista por parlamentar de cada uma das Casas designado na forma regimental. (BRASIL, 2020)

A respeito da Medida Provisória nº 945/2020, o parecer da Câmara dos Deputados, foi proferido em Plenário e teve como Relator o Deputado Federal Felipe Francischini. O Relator

---

¹⁴ Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em 20 nov. 2020.

¹⁵ Art. 2º Nas 48 (quarenta e oito) horas que se seguirem à publicação, no Diário Oficial da União, de Medida Provisória adotada pelo Presidente da República, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional fará publicar e distribuir avulsos da matéria e designará Comissão Mista para emitir parecer sobre ela. (BRASIL, 2002)

opinou no sentido da sua admissibilidade em face ao atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência nos seguintes termos:

A Medida Provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62, caput, da Constituição Federal, o primeiro em função do grave quadro sanitário e econômico decorrente da pandemia e o segundo em decorrência da necessidade de rápida reação e planejamento de ações de combate aos efeitos provocados por esta situação. No que se refere aos aspectos formais de constitucionalidade, constata-se que a edição da Medida Provisória em apreço não afronta a qualquer aspecto procedimental previsto na Carta Magna, atendendo, especialmente, aos ditames do art. 62, § § 1º e 10 e do art. 246. (BRASIL, 2020)

No Senado Federal o parecer teve como Relator o Senador Wellington Fagundes, que entendeu pela satisfação dos pressupostos de urgência e relevância e a constitucionalidade da Medida Provisória 945/2020:

Examinemos, a seguir, a admissibilidade da proposta, nos termos do caput e do § 5º do art. 62 da Constituição Federal (CF), que permite a sua adoção pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência. Esses pressupostos da urgência e relevância estão satisfeitos. [...] A MPV nº 945, de 2020, está vazada em boa técnica legislativa, obedece aos devidos trâmites legislativos, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais próprios a esse instrumento legislativo, consignados no art. 62 da Carta Magna. Com efeito, no que tange à constitucionalidade, não há reparos a fazer. (BRASIL, 2020)

Apesar da aprovação pelo Congresso Nacional da satisfação dos requisitos constitucionais da Medida Provisória nº 945/2020, tendo como consequência a sua conversão na lei nº 14.047/2020, questiona-se, todavia, onde está presente a “*relevância e urgência*” no sentido de acrescentar as atividades portuárias entre os serviços ou atividades essenciais do artigo 10 da lei nº 7.783, e 28 de junho de 1989. Observa-se ainda que tal matéria não se encontra sequer no rol daquelas que são de competência privativa do Presidente da República, expresso no artigo §1º do artigo 61 da Constituição.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. [...] (BRASIL, 1988)

Destacamos que, fora das competências estabelecidas pela Constituição, não pode o Presidente da República legislar. Nesse sentido é o magistério de Alexandre de Moraes (2020):

O exercício do poder regulamentar do Executivo situa-se dentro da principiologia constitucional da Separação de Poderes (CF, arts. 2º; 60, § 4º, III), pois, salvo em situações de relevância e urgência (medidas provisórias), o Presidente da República não pode estabelecer normas gerais criadoras de direitos ou obrigações, por ser função do Poder Legislativo. Assim, o regulamento não poderá alterar disposição legal, tampouco criar obrigações diversas das previstas em *disposição legislativa*. (MORAES, 2020. p. 525)

Outrossim, observa-se que na exposição de motivos da Medida Provisória 945/2020, existe de fato a relevância e urgência presentes em face da pandemia causada pelo COVID-19 para os principais assuntos ali tratados. Todavia, não vislumbramos os requisitos constitucionais no tocante ao exercício ou não do direito constitucional de greve, cujos abusos porventura cometidos já sujeitam os infratores às penas da lei.

O fato é que a Lei de Greve, no tocante aos serviços ou atividades essenciais já sofreu alterações através de Medidas Provisórias, sem o atendimento dos requisitos constitucionais, como se observou nas Medidas Provisórias 866/2018, 883/2019 e 945/2020, o que extrapola a competência atribuída ao Poder Executivo pela Constituição Federal de 1988.

5. O ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS COMO ATIVIDADES ESSENCIAIS

Desconsiderando as questões afetas aos requisitos constitucionais para tratar o assunto pelo Poder Executivo através de Medida Provisória, passamos a analisar o enquadramento das atividades portuárias como essenciais.

No magistério de Dutra (2013), as atividades portuárias compreendem um conjunto de tarefas de movimentação de mercadorias realizadas nos portos. Atualmente, a organização das atividades portuárias se encontra disciplinada pela Lei nº 12.815/2013, que define as principais atividades realizadas neste setor. E de acordo com a citada legislação, compreende: a capatazia, estiva conferência de carga, conserto de carga, vigilância de embarcações e bloco. O dispositivo legal, o qual carreamos a seguir, apresenta o conceito de cada um desses serviços:

Art. 40. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se: I - capatazia: atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira,

manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário; II - estiva: atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peação e despeação, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo; III - conferência de carga: contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas operações de carregamento e descarga de embarcações; IV - conserto de carga: reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição; V - vigilância de embarcações: atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como da movimentação de mercadorias nos portalós, rampas, porões, conveses, plataformas e em outros locais da embarcação; e VI - bloco: atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos. (BRASIL, 2013).

Com relação à estrutura portuária brasileira, segundo dados do Ministério da Infraestrutura, existem na atualidade em operação 36(trinta e seis) Portos Públicos organizados no país. Nessa condição, se encontram os portos com administração exercida pela União, no caso das Companhias Docas, ou delegada a municípios, estados ou consórcios públicos (BRASIL, 2020).

Ainda segundo dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), no ano de 2019 foram movimentados cerca de 1,104 bilhão de toneladas de mercadorias nos portos brasileiros. Dentre essas mercadorias foram importadas cerca de 35,4 milhões de toneladas de contêineres que continham principalmente medicamentos, além de 30,8 milhões de toneladas de petróleo e derivados (BRASIL, 2019). O exposto demonstra a importância desta atividade para a economia nacional.

No ano de 2020, diante da pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-COV 2, foi necessário a implementação de inúmeras medidas para garantir a segurança dos indivíduos e amenizar os impactos na economia.

Recentemente o governo federal decidiu editar uma Medida Provisória para organizar os portos diante dessa grave crise sanitária. A então Medida Provisória nº 945/2020, posteriormente convertida na lei nº 14.047/2020, trazia em seu bojo, além de medidas de segurança para impedir a disseminação do SARS-COV 2 nos portos o que justificaria a relevância e urgência para a edição de Medida Provisória, a inserção das atividades portuárias no rol das essenciais da lei nº 7.783/1989.

Outro ponto tratado na Medida Provisória nº 945/2020, que entendemos não atender os requisitos constitucionais para a edição de Medida Provisória, foi a possibilidade da contratação de trabalhadores portuários avulsos durante a greve¹⁶.

Colaciona-se a seguir trecho da exposição de motivos da então Medida Provisória:

Ademais, o setor portuário é essencial para a economia nacional. Ele representa cerca de 95% da corrente de comércio exterior que passa pelo país e movimenta, em média, 293 bilhões anualmente, o que representa 14,2% do PIB brasileiro. Hoje, 100% das cargas do agronegócio são escoadas pelos portos e diversos artigos de primeira necessidade também são importados neste meio. Assim, é essencial para se evitar o desabastecimento de cadeias produtivas, impactando toda a população, a continuidade desta atividade mesmo diante da declaração da pandemia e das orientações governamentais e sanitárias que estimulam o fechamento de empresas, quarentena e outras medidas para evitar a rápida disseminação (BRASIL, 2020).

Observa-se a desnecessária alteração legislativa através de Medida Provisória, uma vez que a jurisprudência dos Tribunais do Trabalho, já manifesta o entendimento a respeito da essencialidade das atividades portuárias “*latu e stricto sensu*” antes mesmo do contexto pandêmico.

Nesse sentido, carreamos trecho proferido pela Ministra do TST – Tribunal Superior do Trabalho, Carla Cristina Peduzzi na Ação Cautelar nº 1445.77.2013.5.00.0000:

É inegável o enquadramento da atividade dos trabalhadores portuários como essencial, nos termos do art. 10 da Lei Geral de Greve, dada sua relevância para a distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos (art. 10, III), transporte de combustíveis (art. 10, I) e suporte da economia nacional (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2013, p. 2).

Analisando-se os dados citados a respeito do volume de mercadorias movimentadas nos portos, se conclui que as atividades portuárias se amoldam à definição de serviços ou atividades essenciais trazida pela OIT e reproduzida pela legislação brasileira.

---

¹⁶ A este respeito, em flagrante desrespeito ao direito constitucional de greve e da vedação da existência do lockout no Brasil, a nº Lei 14.027/2020 cuja ementa enfatiza a adoção de “*medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário*”, dentre outras, trouxe em seu bojo o artigo 4º. O citado artigo carrega desigualdades aos trabalhadores da categoria dos portuários, uma vez que se permite, para os trabalhadores avulsos, nas situações de paralisações como greves e operação-padrão, a contratação de trabalhadores substitutos a prazo determinado. “*Art. 4º Na hipótese de indisponibilidade de trabalhadores portuários avulsos para atendimento às requisições, os operadores portuários que não forem atendidos poderão contratar livremente trabalhadores com vínculo empregatício por tempo determinado para a realização de serviços de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações. § 1º Para fins do disposto neste artigo, considera-se indisponibilidade de trabalhadores portuários qualquer causa que resulte no não atendimento imediato às requisições apresentadas pelos operadores portuários ao Órgão Gestor de Mão de Obra, tais como greves, movimentos de paralisação e operação-padrão. § 2º A contratação de trabalhadores portuários com vínculo empregatício com fundamento no disposto no caput não poderá exceder o prazo de doze meses*”. (BRASIL, 2020)

O trabalho portuário é sem quaisquer dúvidas imprescindível para o bom funcionamento da economia do país, haja vista que milhões de toneladas de mercadorias são exportadas e importadas anualmente e, em um nível mais restrito, a atividade garante a sobrevivência, saúde e segurança da população devido à grande quantidade de medicamentos e alimentos que chegam diariamente aos portos brasileiros.

Desta forma, imperioso reconhecer que a limitação ao direito de greve para os trabalhadores portuários se mostra razoável e harmoniza com o entendimento dos Tribunais do Trabalho, no sentido de que as atividades de capatazia, estiva, conferência de carga, dentre outras pertinentes à categoria dos portuários, se tratam de atividades essenciais à população.

Todavia, a alteração da Lei nº 7.783/89 via Medida Provisória, extrapola a competência estabelecida pela Constituição ao Poder Executivo por não apresentar a relevância e a urgência, tidas como requisitos necessários para que o Poder Executivo legisle através de Medidas Provisórias, definidos pela Carta Magna.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a greve, direito fundamental dos trabalhadores, se constitui no meio mais eficaz de pressão coletiva dos trabalhadores. Encontra-se, na atualidade legitimado como direito fundamental de todos os trabalhadores e está regulamentado na Lei nº 7.783/1989.

Como nenhum direito é absoluto, o direito à greve não pode obstar à população da fruição de suas necessidades inadiáveis, sem as quais se coloca em risco a sobrevivência, a saúde e a segurança das pessoas. Deste modo, a paralisação dos trabalhadores em atividades consideradas essenciais, prescinde do atendimento de requisitos específicos, como o aviso prévio e a manutenção de serviços ou atividades que garantam o atendimento às necessidades inadiáveis da população.

A Medida Provisória nº 945/2020 em sua exposição de motivos destacou a essencialidade do setor portuário, considerando os impactos da paralisação destas atividades em toda a cadeia produtiva nacional, especialmente num contexto de pandemia.

No tocante à atividade portuária, o TST já a considerava como essencial, haja vista a sua importância para a economia nacional. A atividade portuária é indispensável para a realização dos serviços essenciais tanto “*lato sensu*”, quanto “*stricto sensu*”.

Todavia, o Congresso Nacional transformou a Medida Provisória 945/2020, cuja exposição de motivos teve sua redação no Ministério da Infraestrutura, na Lei nº 14.047/2020. Destaca-se a inexistência na atual organização administrativa do Poder Executivo da União o

Ministério do Trabalho¹⁷ que por quase 90(noventa) anos buscou harmonizar os interesses das categorias econômica e profissional, garantindo a dignidade do trabalhador. Daí, ouvido o Ministério da Economia, que absorveu as atribuições do extinto Ministério do Trabalho, quando da sanção da Lei nº 14.047/2020, aquele manifestou exclusivamente em relação a questões econômicas alteradas pelo Congresso Nacional. Por conseguinte, o Excelentíssimo Presidente da República, acatando-as resolveu vetá-las por entender que contrariam o interesse público e por inconstitucionalidade.

Entretanto, está claro que a forma legislativa de inserção das atividades portuárias no rol das atividades essenciais, bem como a inclusão da possibilidade de contratar trabalhadores portuários a prazo determinado, quando haja a indisponibilidade de trabalhadores em situações “[...] como greves, movimentos de paralisação e operação-padrão” (BRASIL, 2020) através de Medida Provisória é inadequada. Outrossim, destacamos que já há previsão legal que permite a contratação de trabalhadores durante a greve nos termos específicos da lei 7.783/89¹⁸.

As alterações perpetradas, no tocante à categoria dos trabalhadores portuários, extrapola a competência estabelecida pela Constituição Federal dada ao Poder Executivo da União para

---

¹⁷ A Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, estabeleceu nova organização dos órgãos da Presidência da República, extinguindo o Ministério do Trabalho. As competências do extinto Ministério foram absorvidas pelo Ministério da Economia. De acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.844/2019, no tocante as competências absorvidas, ficou a cargo do Ministério da Economia: “Art. 31. Constitui área de competência do Ministério da Economia: [...] XXX - política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; XXXI - política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho; XXXII - fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; XXXIII - política salarial; XXXIV - formação e desenvolvimento profissional; XXXV - segurança e saúde no trabalho; XXXVI - regulação profissional; [...] XLI - registro sindical [...]” Art. 32. Integram a estrutura básica do Ministério da Economia: [...] V - a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com até 2 (duas) Secretarias; [...] VIII - a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, com até 4 (quatro) Secretarias; [...] XXVIII - o Conselho Nacional do Trabalho; XXIX - o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; XXX - o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; [...]. (BRASIL, 2019)

¹⁸ Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho. Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14. [...] Art. 9º Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento. Parágrafo único. Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo. [...] Art. 14 Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho. Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que: I - tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição; II - seja motivada pela superveniência de fatos novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho. [...] (BRASIL, 1989, grifo nosso)

a edição de Medidas Provisórias, além se constituir num claro ataque ao direito constitucional de greve, quando permite a contratação de trabalhadores durante o exercício lícito do direito de paralisação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). **Anuário Estatístico 2019**. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Anu%C3%A1rio-2019-vFinal-revisado.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº1, de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-conjunto-das-mesas-da-camara-dos-deputadose-do-senado-federal-n-1-de-2020-250639870> Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer Proferido em Plenário. Medida Provisória nº 945, de 2020**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1914423&filenome=PRLP+1+%3D%3E+MPV+945/2020 Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Resolução nº1, de 2002-CN**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/2002/resolucao-1-8-maio-2002-497942-normaatualizada-pl.html> Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967**. Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890. **Coleção de Leis do Brasil**: Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/391335/publicacao/15630016>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**: Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. **Exposição de Motivos Medida Provisória nº 945**. EM nº 00011/2020 MINFRA MD de 21 de Março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Exm/Exm-MP-945-20.pdf . Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112815.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 01 dez. 2020

BRASIL. Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 945, de 04 de Abril de 2020. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv945.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Sistema Portuário Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/sistema-portuario>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer de Plenário, em substituição à Comissão Mista da Medida Provisória nº 945, de 2020**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg->

[getter/documento?dm=8870115&ts=1603730723471&disposition=inline](#) Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Cautelar Inominada** n.1445-77.2013.5.00.0000. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/processos-do-tst>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso Extraordinário com Agravo 654.432 Goiás de 04 de abril de 2017**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DUTRA, Maria Cristina. **Saúde e Segurança do Trabalhador Portuário: A busca de diretrizes nacionais para os portos brasileiros**. 2013, 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia e Gestão Portuária) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC-Florianópolis/SC, 2013.

FALCÃO, Luiz José Guimarães. **A greve nas atividades essenciais**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, p. 116-118, 1987. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/72698> Acesso em: 20 nov. 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - 2020**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em 20 nov. 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; História do Direito do Trabalho. In: FERRARI, Irandy; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011. p.67-152

SAVICKI, Michele. **Limitação ao direito de greve em serviços essenciais: análise dos parâmetros doutrinários e jurisprudência do TRT4**. 2014, 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS- Porto Alegre/RS, 2014.

SILVA, Alessandro da. Atividades essenciais em sentido lato e em sentido estrito: uma distinção imprescindível ao pleno exercício do direito de greve. **Juslaboris**, Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/50638531/alessandro-silva_greve-nas-atividades-essenciais.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

VALENTIM, Gabriel Lima. A greve política à luz do direito comparado: uma análise crítica do entendimento jurisprudencial francês, espanhol, italiano e brasileiro relativo a greves com finalidade política. In: LIMA, Francisco Gérson Marques de (Org). **Estudos Jurídicos e Sociais Comparados**. Fortaleza: Escola Social, 2019. p. 51-87.